DA IMAGINAÇÃO DESCARTÁVEL AO IMAGINÁRIO RADICAL

*Castor Bartolomé Ruiz**

> *"O homem necessita tanto do insondável e do infinito quanto do pequeno planeta onde vivemos."*
>
> Dostoiewsky

Resumo

A imaginação e o imaginário são dimensões tidas como secundárias, salvo honrosas exceções, ao longo da história da filosofia. No entanto elas constituem a dimensão humana enquanto tal. Sem elas, simplesmente, o humano não existiria. Elas convivem com a racionalidade de modo tensional, porém ambas coexistem inextricavelmente interligadas.

1. Começando a imaginar

O conceito de imaginário é, no mínimo, confuso e controvertido. Confuso porque a simples menção já suscita na "imaginação" dos ouvintes significados tão diversos quanto divergentes. Controvertido porque são tempos em que a premonição iluminista que entronizou a deusa razão transformou-se numa *idolatria* da racionalidade instrumental que tiraniza as relações sociais e normatiza o conjunto dos saberes. Secularmente, a imaginação foi identificada pelo pensamento filosófico como a *louca da casa*. Ela é a faculdade que não se explica pela razão nem se

---

* Cartor Bartolomé Ruiz é professor na Pós-graduação em Filosofia da UNISINOS/São Leopoldo/RS. Membro do GT "Ética e Cidadania".

submete ao controle da vontade. Ante a imaginação, a razão declina seu poder. Não consegue domesticar totalmente seus impulsos nem direcionar plenamente seus conteúdos. A imaginação parece possuir vontade própria, autonomia incontrolada, indeterminação inexaurível. A vontade e a racionalidade humanas conseguem conhecer grandes mistérios do universo, dominar forças da natureza, controlar leis da física, superar limitações biológicas, remontar distâncias geográficas, disciplinar sociedades, adestrar massas sociais, regulamentar macroestruturas produtivas ou confeccionar macroinstituições políticas, mas todo o poder da razão e da vontade humana se desmancha ante a radical indeterminação da imaginação. Já que ela não pode ser dominada, explicada, controlada, determinada, optou-se pelo recurso de relegá-la ao mundo da ficção, do irreal, da alucinação inexistente. Dado que não pode negar-se sua existência, neguemos sua essência. Eis por que afirma o senso comum que a imaginação não tem sentido, e uma grande parte da tradição filosófica confirma que ela deve ser, simplesmente, afastada ao mundo do descartável.

Escutemos a este respeito a voz "inquestionável" do pai do positivismo, Comte:

> "*Qualquer que seja o modo racional ou experimental de descobrir os fatos, sempre, de sua conformidade, direta ou indireta, com os fenômenos observados resulta exclusivamente sua eficácia científica. A pura imaginação perde então de modo irrevocável sua antiga supremacia mental e se subordina necessariamente à observação, para constituir um estado lógico plenamente normal.*"[1]

[1] COMTE, August. *Discours prèliminaire, sur l'sprit positif.* 2 ed. Paris: Apostolat Positivise, 1893, p. 16.

Entendemos o conceito de imaginário como o *sem fundo* do ser humano, que não pode ser exaurido em plenitude nem explicado totalmente; é desse sem fundo humano que brota a imaginação.

> "*A criação é a capacidade de fazer surgir o que não estava dado e que não pode ser derivado a partir daquilo que já era dado. E imediatamente somos obrigados a pensar que é a esta capacidade que corresponde o sentido profundo dos termos imaginação e imaginário. Quando nós abandonamos os usos superficiais deste termo, a imaginação não é apenas a capacidade de colocar uma nova forma. De um certo modo, ela utiliza os elementos que aí estavam, mas a forma, enquanto tal, é nova.*
>
> *Mais radicalmente ainda: a imaginação é o que nos permite criar um mundo, ou seja, apresentarmos alguma coisa, da qual sem a imaginação não poderíamos nada dizer e, sem a qual, não poderíamos nada saber.*"[2]

2. A imaginação descartável

A importância do imaginário e da imaginação não passaram desapercebidos para a reflexão filosófica ocidental. A epistemologia clássica descreve a elaboração da imagem como um processo totalmente sensorial e material. As imagens ou *eidola* são consideradas partículas materiais que realizam a união entre o sujeito e o objeto. Os *eidola* desprendem-se das coisas para se introduzir na pessoa, na *anima*.

[2] CASTORIADIS, Cornelius, *A criação histórica*, Porto Alegre, Artes e Oficios, 1992, p. 89.

Aristóteles

Para Aristóteles não é a matéria do objeto a que entra na alma, na impressão sensível, mas sua forma pura. As qualidades percebidas: cores, sons, formas, etc., correspondem a uma realidade externa das coisas. Os erros procedem unicamente das falsas ligações realizadas por nossa inteligência. As nossas imagens são uma fiel reprodução do verdadeiro ser das coisas.

Aristóteles diferencia dois níveis de conhecimento: o sensitivo e o intelectivo. O sensitivo é a fonte dos nossos conhecimentos e se caracteriza pela sua particularidade. Ele é verdadeiro, mas não é científico, pois está sujeito ao movimento e à mutação das coisas dado que não diferencia o substancial do acidental. Por este motivo, só pode construir-se ciência a partir do conhecimento intelectivo, que possui a capacidade de produzir conceitos universais com as características de duração, estabilidade e necessidade.

Em Aristóteles a imaginação é denominada de *phantasia*. Ela constitui um sentido interno e superior ao sentido comum e que só possuem os animais superiores mais perfeitos. Tem uma dupla função: perceber e conservar as impressões sensíveis que chegam a ela através do sentido comum, e reproduzi-las na ausência dos objetos que as têm causado, inclusive quando estes objetos já desapareceram. A *phantasia* produz imagens que, à diferença das impressões dos sentidos, podem ser verdadeiras ou falsas. Estas imagens são diferentes das sensações dos sentidos e dos conceitos do entendimento; elas constituem uma espécie de ponte ou de trânsito entre ambos. Não se dá imaginação sem sensação, e também não existe intelecção sem a mediação das imagens da fantasia.

Descartes

O racionalismo de Descartes tinha como objetivo levar o critério de validez objetiva do conhecimento a sua forma pura, à forma da *cogitatio* (pensamento) e do

intellectus ipse (do próprio intelecto). Isso significava que a imaginação nada mais é do que aquela faculdade que cria ficções e alucinações irreais; a razão não pode confiar nela:

> "*Logo, examinando com atenção aquilo que eu era, e vendo que podia imaginar que não possuía corpo e que não existia mundo nem lugar algum em que estivesse, mas que não por isso podia imaginar que não existia, já que pelo contrário, do fato de ter ocupado o pensamento em duvidar da verdade das demais coisas se seguia muito evidente e certamente que eu existia; entanto que se tivesse cessado de pensar, mesmo que o resto daquilo que eu tivesse imaginado fosse verdadeiro, não tivera nenhuma razão para crer na minha existência, conheci por isso que eu era uma substância cuja completa essência era pensar.*"[3]

Para Descartes a razão e a imaginação são faculdades contraditórias. A razão constrói a verdade e a certeza, enquanto a imaginação é portadora de irrealidade e de distorção. A razão possui o elemento da identidade e da identificação do ser humano, a imaginação obscurece o brilho do pensamento. A razão se manifesta mais profunda e diáfana quando se exerce distante da imaginação. As duas coexistem numa relação inversamente proporcional. O conhecimento só pode ser adquirido através da razão e nunca da imaginação:

> "*Porque, a final das contas, já estejamos acordados ou durmamos, nunca nos devemos deixar persuadir mais que pela evidência da*

[3] DESCARTES, René. *Discurso del método*. Reglas para la dirección de la mente: Barcelona, Orbis, 1983, p. 72.

nossa razão. E note-se que estou dizendo da nossa razão e não da nossa imaginação ou dos nossos sentidos... Porque a razão não nos diz que o que vemos ou imaginamos seja verdadeiro, mas somente que todas nossas idéias ou noções devem ter algum fundamento de verdade."[4]

Kant

Critica o racionalismo porque utiliza relações entre conceitos, mas falta a elas a base das intuições. Na "Analítica Transcendental" da *Crítica da Razão Pura,* Kant analisa como conceitos e intuições são imprescindíveis para que exista conhecimento. Afirma: "As intuições sem conceitos são conhecimentos cegos, e os conceitos sem intuições são vazios".

A forma transcendental da intuição independente da experiência é a multiplicidade. Mas a multiplicidade está direcionada para a síntese. Se não existisse síntese, também não haveria multiplicidade. Para Kant a razão é uma. A dualidade entre intuição pura e conceito puro constitui uma oposição da que se deriva algo que é um. A unidade da multiplicidade e conceito é a imaginação. A imaginação é a faculdade que realiza a unidade entre conceito e multiplicidade. E isso Kant denomina de *Imaginação Transcendental.*

Kant apresenta uma concepção inovadora da imaginação. A imaginação não se reduz ao conceito psicológico de formação de imagens. A imaginação constitui uma faculdade transcendental, isto é, não é nem pura sensibilidade, nem mero intelecto. A imaginação é "o fundamento da oposição entre intuição e conceito".

"Os fenômenos são simples representações de coisas que nos são desconhecidas, do que elas

[4] DESCARTES, René. *Discurso del método.* Reglas para la dirección de la mente, Barcelona, Orbis, 1983, 78.

sejam em si. Enquanto meras representações, não se acham sujeitos a outra lei de conexão que a imposta por nossa capacidade de conexão. Agora bem, o que conecta o diverso da intuição sensível é a imaginação, a qual depende do entendimento no que diz respeito à unidade de sua síntese intelectual, entanto que depende da sensibilidade no que diz respeito à diversidade da apreensão."[5]

Kant realizou uma grande contribuição a fim de resgatar a importância da imaginação, porém, como não poderia ser de outra forma, ficaram muitas lacunas a serem desenvolvidas. Cassirer, considerado um neo-kantiano, critica a concepção kantiana da imaginação porque ela é tributária da Psicologia das Faculdades do século XVIII onde a espontaneidade, receptividade, sensibilidade e entendimento são concebidos como faculdades psíquicas existentes em si mesmas e que na sua relação com a realidade dão origem à experiência. A partir desta concepção fica questionada de raiz a transcendentalidade. Se assim fosse, a teoria kantiana ficaria no nível do empírico, e sua originalidade consistiria em ter alterado as relações dentro da consciência e em ter acrescentado algumas faculdades anímicas[6]. Neste caso, Kant fundamentaria a validez objetiva dos conceitos puros do entendimento num *sujeito transcendental* que é autônomo e que sustenta a validez dos conceitos. Neste caso estamos envolvidos num problema ontológico. Esse sujeito, o entendimento, seria quem acorda e anima a sensação para uma vida consciente, o que o converte numa espécie de

[5] KANT, Inmanuel, *Crítica de la razón pura,* Madrid, Alfaguara, 1978, p. 174.

[6] CASSIRER, Ernst. *Filosofía de las formas simbólicas.* México: Fondo de Cultura Económica, v. 3, 1976, p. 230.

"feiticeiro".

Ernst Cassirer continua sua crítica dizendo:

> *"Se, tal como Kant explica reiteradamente: 'a aparência não seria nada para nós senão uma relação a uma consciência quando menos possível; dado que em si mesma carece de realidade objetiva e só existe no conhecimento, em nenhuma parte seria nada', com que direito se poderia então investigar no terreno da filosofia crítica como esse 'nada' deve 'algo', como é recebida nas formas da consciência e, por assim dizer, é vertida nelas, dado que só 'em' elas e não 'antes de' elas existe?"*[7]

Cornelius Castoriadis realiza uma análise crítica da teoria kantiana da racionalidade, já que tem como pressuposto uma concepção da realidade como algo determinado e determinável pelas categorias racionais, seja como racionalidade pura ou como racionalidade prática.

> *"Basta notar que a 'validez universal objetiva', tal como Kant a concebe, equivale na prática a um isolamento perfeito ou a uma 'desencarnação' da 'consciência teórica' e, por conseguinte, a uma forma de solipsismo. Kant, por exemplo, faz uma abstração total da inseparabilidade do pensamento e da linguagem enquanto problema teórico (e não psicológico). Ao mesmo tempo, ele afirma (na terceira Crítica), muito curiosamente do ponto de vista*

[7] CASSIRER, Ernst. *Filosofía de las formas simbólicas.* México: Fondo de Cultura Económica, 1976, v. 3, p. 231.

> *'transcendental', que não há conhecimento sem comunicação."*[8]

Freud

Dando outro salto no tempo até um contemporâneo nosso, encontramos em Freud uma revalorização da psique e do mundo onírico como fator vital. No entanto, apesar de ter resgatado a importância vital da imaginação para o conjunto da existência humana, ele desenvolveu uma visão pejorativa da imaginação e encurralou o imaginário nas determinações da interpretação lógica. Desde a perspectiva psico-analítica, as imagens emergem fruto das pulsões rejeitadas e desviadas ao inconsciente pela repressão ou simplesmente pelo princípio da realidade. A imaginação é configurada como a uma perturbação mental que produz um mundo de imagens com o objetivo de compensar as pulsões e desejos insatisfeitos. As imagens se criam sob o olhar da censura, por este motivo elas remetem a sentidos ocultos e não possuem um sentido próprio nem manifestam um significado explícito. Elas, de uma ou de outra forma, remetem a um significado sexual oculto. As imagens, em si mesmas, não possuem um valor simbólico explícito nem significado evidente. Elas escondem um sentido oculto que só pode ser desvendado por uma análise lógica (psico-análise). O mundo simbólico inerente às imagens perde autonomia e sentido; ele está submetido e regulamentado pelo *logos*. A razão é a única que está capacitada para desentranhar o sentido oculto nas imagens, pois os símbolos imaginários não possuem valor em si mesmos. Isto constitui uma grande contradição, Freud anula o poder simbólico dos símbolos e submete-o ao poder analítico do *logos*. Os símbolos, paradoxalmente, não simbolizam, mas escondem os sentidos que pretendem

[8] CASTORIADIS, Cornelius. *Os dominios do homem.* São Paulo:Paz e Terra, 1987, p. 280.

manifestar; eles não transmitem um significado da realidade, mas a ocultam sob uma imagem distorcida. Gilber Durand critica esta paradoxal negação freudiana do simbólico dizendo:

> *"A psicanálise freudiana contentava-se, pela desvalorização de que era objeto a imagem, com verificar a estrutura equilibrante do processo de sublimação, mas consistia em desmitisficar as aberrações imaginárias da neurosis reduzindo-as a sua causa temporal e substituindo-as pelo encadeamento positivista dos fatos biográficos da primeira infância."* [9]

A prática terapêutica do psicanálise tem como objetivo desentranhar os sentidos ocultos nos símbolos racionalizando seus sentidos implícitos. As imagens são símbolos que manifestam patologias ocultas. A cura dessa patologia se realiza através da toma de consciência (racionalização) dos sentidos ocultos. O símbolo é compreendido pela negatividade que desenvolve, a positividade ocorre quando o símbolo perde sua razão de ser e vem à luz os sentidos que ele escondia. Imagens e símbolos se equiparam a meros portadores de sentidos implícitos e não reais. Estes sentidos sempre têm referência direta ao sexo ou à genitalidade. Deste modo a imaginação fica reduzida a um *epifenômeno* da pulsão reprimida e o símbolo é um mero *efeito-signo* de outra coisa: *"a imagem, para Freud, é sempre significativa de um bloqueio da libido, isto é, de uma regressão afetiva"*[10].

[9] DURAND, Gilbert. *La imaginación simbólica.* Buenos Aires: Amorrutu, 1971, 128.

[10] DURAND, Gilbert. Les structures anthropologiques de l'imaginaire. París:Bordas, 1979, 124.

3. A radicalidade do imaginário

Esta breve análise nos possibilita compreender que a imaginação, enquanto faculdade humana, não passou desapercebida na tradição filosófica ocidental. Porém ela sempre foi encarada com um enorme pré-conceito, que na maioria das vezes se transformava num conceito prepotente e despeitoso da razão sobre a imaginação, vendo a imaginação como algo descartável. Na tradição filosófica ocidental, a relação entre razão e imaginação foi interpretada, em muitos casos, como um confronto irreconciliável de dois contraditórios, no qual tinha-se como objetivo último do pensamento filosófico o triunfo definitivo e absoluto da racionalidade sobre qualquer forma de imaginação. Isso implicava reduzir o imaginário a sua mínima expressão, confiná-lo nos campos marginais da estética ou da mística, submeter qualquer forma de imaginário a uma análise lógica com o intuito de exaurir um significado racional de toda imagem na procura de um sentido denotativo único e verdadeiro.

> *"Nenhuma rígida categoria metafísica, nenhuma determinação ou classificação do ser dada de qualquer outro modo, por mais segura e solidamente fundamentada que possa parecer, pode livrar-nos de tal conhecimento puramente imanente... A consideração dogmática que parte do ser do mundo como de um ponto dado e firme de unidade, pretende, claro está, dissolver todas estas diferenças internas da espontaneidade espiritual num conceito universal qualquer da essência do mundo, fazendo-as desaparecer desse modo. Estabelece rígidas divisões do ser, distinguindo, por exemplo, a realidade interna e*

a externa, a psíquica e a física, um mundo das coisas e o mundo das representações; e ainda dentro de cada um destes domínios, delimitados entre si desse modo se repetem as mesmas distinções. Mesmo a consciência, inclusive o ser da "alma", novamente se fragmenta numa série de faculdades isoladas e independentes umas das outras."[11]

Ao contrário do que pretendem as visões reducionistas do imaginário, a imaginação simbólica constitui a dimensão primária do conhecimento humano

"*O imaginário é a realidade última na qual o conhecimento humano vem a decifrar os Imperativos do Ser. Sobre ela se ordenam - consciente ou inconscientemente- todas as obras, as atitudes e as opiniões humanas.*"[12]

O ser humano só pode conhecer simbolizando a realidade. Ele não capta meras sensações sensíveis, mas institui sentidos; não escuta barulhos, mas ouve sons; não percebe fluxos de ondas, mas vê cores. As percepções sensoriais são captadas como representações de sentido. Nosso conhecimento das coisas não é meramente sensorial, mas significativo. O real, para nós, é sempre uma representação, um sentido construído, e por isso mesmo uma forma simbólica de compreensão. A imaginação simbólica não se restringe à mera criação de sistemas de signos. Ela não corresponde a um nível de abstração racional que procura o sentido denotativo, natural ou

[11] CASSIRER, Ernst, *Filosofía de las formas simbólicas,* México, Fondo de Cultura Económica, 1971, Vol. I, p. 133.
[12] DURAND, Gilbert, "Tâches de l'exprit et impératifs de l'etre", *Eranos Jahrbuch,* 34 (1965) p. 34.

verdadeiro de todas as coisas. Pelo contrário, a imaginação simbólica constitui o pressuposto ou condição de possibilidade de todo conhecimento humano. A simbolização não se limita a uma construção conceitual denotativa. A intuição e a percepção dos sentidos só podem realizar-se humanamente enquanto representações de sentido e conseqüentemente enquanto formas simbólicas. O ser humano não recebe um fluxo informe e desconexo de sensações externas insignificantes, mas configura e organiza significativamente (simbolicamente) as intuições e percepções.

"*O homem não pode escapar a sua própria obra, não tem outra saída senão adotar as condições de sua própria vida; já não vive somente num puro universo físico, mas num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião constituem partes deste universo, formam os diversos fios que tecem a rede simbólica, a urdume complicada da experiência humana. Todo progresso em pensamento e experiência afina e reforça essa rede. O homem não pode enfrentar-se já com a realidade de um modo imediato; não pode vê-la, como se disséssemos, face a face. A realidade física parece retroceder na mesma proporção que avança sua atividade simbólica.*"[13]

A imaginação simbólica não é uma faculdade secundária do ser humano nem um reduto marginal do conhecimento, mas o pressuposto ou condição de possibilidade de todo o conhecimento humano. A simbolização não se restringe à dimensão denotativa do conceito, já que a própria intuição sensível e a percepção só

[13] CASSIRER, Ernst. *Antropología Filosófica.* México: F.C.E., 1974, págs. 47-48.

podem realizar-se humanamente se for na forma de representação simbólica do real. Elas não recebem de forma passiva as impressões externas, mas configuram as sensações organizando-as significativamente a partir de um determinado sentido:

> "*É através do imaginário simbólico como conferimos conexão e sentido à realidade fragmentária de nossa existência, pondo em comunicação nosso mundo irreligado com as religações de um sentido de implicação.*"[14]

O ser humano, no ato de conhecer, realiza a representação de sentidos e a constituição de significados criando, deste modo, uma ordem para o mundo em que vive, uma cosmovisão. Esta potencialidade criadora de sentido e constitutiva de significados emana diretamente do poder do imaginário, seja na sua dimensão pessoal ou social. A sensação pura ou a mera vivência a-simbólica é algo totalmente alheio ao ser humano. A percepção sensível, a abstração conceitual e a imaginação simbólica não se anulam ou se confundem na indiferença, mas se relacionam dialeticamente e se implicam estabelecendo sólidas conexões relacionais.

> "Na medida em que o imaginário torna-se finalmente a faculdade original de se apresentar ou de dar-se, sob o modo da representação, uma coisa e uma relação que não são (que não estão dadas na percepção ou que jamais o foram), falaremos de um imaginário (último ou radical como raiz comum do imaginário) efetivo e do simbólico. É finalmente a capacidade elementar e irredutível de evocar uma imagem."[15]

[14] ORTIZ-OSÉS, Andrés, *Las claves simbólicas de nuestra cultura.* Barcelona, Anthropos, 1993, p. 68.
[15] CASTORIADIS, Cornelius, *La institución imaginaria de la sociedad,* vol. 1, Barcelona, Tusquets, 1983 , p. 220.

4. A dupla dimensão do imaginário: tensionalidade e co-implicação

O poder do imaginário se manifesta num duplo sentido: tem uma potencialidade criadora de representações e também possui o poder de objetivar esses significados instituindo-os socialmente como determinações de sentido coletivamente assumidas.

A potencialidade criadora do imaginário se manifesta, num primeiro momento, na constituição da representação. A partir dos diversos elementos significativos que institui, a representação nos remete, de modo consciente ou inconsciente, a um nódulo intrincado de significações possíveis: "*A representação – seja consciente ou inconscientemente – é de fato in-analisável*"[16]. In-analisável não significa que devamos renunciar a qualquer compreensão ou remeter-nos a uma lógica do absurdo. A representação resulta in-analisável dado que através da livre associação ou de outras formas de compreensão sempre pode nos revelar novos sentidos, além daqueles que logicamente conseguimos deduzir ou construir. A representação não se circunscreve à mera conotação de sentido. Ela possui uma natureza denotativa que possibilita a constituição de um amplo leque de sentidos nunca pré-definidos por determinações anteriores, mas criados livremente pela pessoa e pela sociedade. Esse poder criador de sentidos nunca se esgota, porque eles não denotam uma única realidade natural ou uma verdade exclusiva, mas manifestam possibilidades de ser que toda realidade possui. A realidade material condiciona, mas não determina o sentido. A potencialidade criadora não provém da mera racionalidade, pois a racionalidade tem o poder de analisar, classificar, organizar, combinar, mas não reside nela a potencialidade criadora.

[16] CASTORIADIS, Cornelius. *La institución imaginaria de la sociedad.* Barcelona: Tusquets, 1989, p. 182, vol. 2.

> *"Contrariamente aos lugares comuns herdados, a raiz desta universalidade não é a 'racionalidade humana'; esta raiz está na imaginação criadora como componente nuclear do pensamento não trivial. Tudo quanto foi imaginado por alguém com suficiente força para modelar o comportamento, o discurso dos objetos, pode em princípio ser re-imaginado (representado de novo, por algum outro)."*[17]

A potencialidade criadora se enraíza no sem fundo do imaginário humano, e se manifesta inextrincavelmente imbricada na dupla dimensão da racionalidade e do símbolo, do *mithos* e do *logos*. Não existe uma criação humana a-racional, nem tampouco meramente racional; por outro lado a criação humana não pode ser reduzida a mero simbolismo, pois todo símbolo encerra um sentido racionalmente constituído embora não se esgota nele. Racionalidade e símbolo se imbricam dialeticamente como dimensões co-referidas e necessárias. Uma está integrada no ser da outra. Numa dinâmica de tensionalidade dialética, parecem se desintegrar, porém se necessitam para existir. Segundo a terminologia do professor Ortiz-Osés elas co-existem numa *co-implicação dualética*, que integra a tensionalidade dialética sem dissolvê-la em uma das partes nem estar teledirigida por nenhuma forma de teleologia ou essência pré-determinada[18]. Essa co-implicação teleológica se resolve na forma de permanente tensionalidade que co-implica

[17] CASTORIADIS, Cornelius. Encrucijadas del laberinto. Los dominios del hombre. Barcelona: Gedisa, 1988. Sobre *"la solidaridad total del género humano"* ; cf. também, ELIADE, Mircea. *Imágenes y símbolos,* Barcelona: Taurus, 1991, p. 17.

[18] Cf. ORTIZ-OSÉS, Andrés. *Metafísica del sentido.* Bilbao: Deusto, 1989; Id. *Visiones del mundo.* Bilbao:Deusto, 1995; Id. *Cuestiones fronterizas.* Barcelona: Anthropos, 1999.

dualeticamente as duas dimensões do humano: o racional e o simbólico, o *mithos* e o *logos*[19]. Ortiz-OSÉS fala de uma razão mito-lógica como: *"legitimadora (do sentido) e ilegitimadora (do sem-sentido)"*[20].

> *"A imaginação simbólica constitui a atividade dialética própria do espírito, dado que o nível do sentido próprio da imagem, cópia da sensação, no nível da vulgar palavra do dicionário, esboça sempre o sentido figurado, a criação perceptiva, a poesia da frase que no interior da limitação nega esta mesma limitação."*[21]

O imaginário não é mera potencialidade criadora, ele é também poder instituinte ou objetivador dos sentidos construídos. Se fosse pura criatividade, o ser humano seria incapaz de constituir significações históricas estáveis; não haveria possibilidade de criar cultura nem a sociedade seria viável. A sociedade e a cultura são possíveis porque existe o poder instituinte ou objetivador do imaginário que solidifica as criações humanas na forma de significações sociais, isto é, na forma de valores, instituições, conhecimentos, crenças, estruturas, leis, etc. O poder instituinte do imaginário confere permanência e estabilidade às criações sócio-históricas. Seu efeito mais primário se manifesta na

[19] Rof Carballo desarrolla la idea de que la palabra griega *mito* puede significar *palabra*, entendida como la palabra pronunciada (*epos*), como palabra pensada (*legein*), y palabra como: *"realidad, como testimonio inmediato de aquello que 'fue, es y será', esto es, para utilizar su expresión, como autorrevelación del ser. No sería otra cosa el mito sino expresión primigenia patentizada, experiencia mediante la cual el pensamiento racional se vuelve posible"* ROF CARBALLO, Juan, *Medicina y actividad creadora,* Madrid, 1964, p. 164.

[20] Id., *Antropología simbólica vasca,* Barcelona, Anthropos, 1985, p. 44.

[21] DURAND, Gilbert, *La imaginación simbólica,* Buenos Aires, Amorrutu, 1971, p. 123.

objetivação ou socialização da pessoa. A identidade pessoal se constitui a partir da rede de referências construídas pelo imaginário social dentro do qual se constitui uma personalidade como uma forma específica de ser pessoa. Por sua vez o poder objetivador do imaginário social possibilita a constituição de uma rede de sentidos socialmente assumidos. Entre a multiplicidade de sentidos ou significações que toda sociedade cria, ela escolhe, afirma e objetiva algumas; as integra como importantes, as conecta com outras já existentes, as relaciona em forma de rede de significados que orientam uma determinada maneira de entender a vida e o mundo. Desse modo cada sociedade constitui seu imaginário específico, sua identidade, diferenciado de outras sociedades ou possibilidades várias de poder ser. O poder instituinte que a sociedade possui não reside na mera racionalidade, nem se reduz ao mero simbolismo. Ele se constitui também na relação tensional e dialética dessas duas dimensões. Ambas, como acontecia no nível pessoal, se imbricam como essencialmente co-existentes. Nenhuma delas pode existir independente da outra, pois elas estão inevitavelmente co-implicadas numa dialética que as faz co-existir numa relação tensional de confrontos e fecundações.

Encerramos esta exposição sem pretender concluir a temática do imaginário, já que qualquer explicação sobre o imaginário é sempre uma implicação de sentido que nos projeta para novas possibilidades de compreensão. Entretanto podemos afirmar a importância do imaginário como o *sem fundo* humano que se manifesta dialeticamente correlacionado como imaginário pessoal e como imaginário social. Ambas dimensões co-existem de modo tensional. Por sua vez ambos imaginários possuem a potencialidade criadora de inovar formas relativizando e transformando aquelas já existentes, e ambos têm o poder instituinte de objetivar (conservando) socialmente as formas criadas conferindo para elas permanência, estabilidade e

durabilidade social. A potencialidade criadora e o poder instituinte do imaginário estão co-relacionados, também de modo conflitivamente dialético, numa tensionalidade que confronta indisociavelmente a pessoa e a sociedade. Por último, o imaginário só pode manifestar-se na forma de representação simbólica, desde a linguagem até as estruturas políticas ou a criação e instituição de modos e relações de produção. Toda representação está impregnada pela dupla dimensão do símbolo e da racionalidade. Ambas também co-existem de modo dialético. Cada uma delas aparenta possuir um estatuto próprio de verdade em oposição à outra, porém ambas estão inextrincavelmente co-referidas e dialeticamente relacionadas.

Eis por que o ser humano não é mera racionalidade nem puro símbolo; não se reduz ao ativismo da criação desenfreada, nem se instala nas objetivações históricas existentes; ele não pode ser anulado no individualismo nem dissolvido nas estruturas sociais. Ele, numa relação tensionalmente dialética, é um ser mito-lógico, que cria e conserva, que se afirma como pessoa ao tempo que se projeta como sociedade.

Todas estas dimensões do imaginário estão co-implicadas dualeticamente, co-referidas tensionalmente, relacionadas dialeticamente. Nenhuma delas pode se impor como uma verdade absoluta, sob pena de cair num reducionismo de conseqüências imprevisíveis, ou com seqüelas de tragédias humanas historicamente comprovadas.